

RELATÓRIO E CONTAS

Exercício de 2010



FINCOR – SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

ÍNDICE

1. ÓRGÃOS SOCIAIS.....	3
2. RELATÓRIO DE GESTÃO	4
Enquadramento Económico e de Mercado	4
Evolução da Actividade e Resultados	5
Proposta de Aplicação de Resultados.....	6
Informações Complementares.....	6
Perspectivas para 2011	7
Notas Finais.....	7
3. ANEXOS	8
Anexo I	8
Anexo II	8
Anexo III	8

1. ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

João Manuel Pereira de Lima de Freitas e Costa	Presidente
Ana Leonor do Carmo Carlos Monteiro	Secretário

Conselho de Administração

Gonçalo França de Castro Pereira Coutinho	Presidente
Pedro Manuel França de castro pereira Coutinho	Vogal
João Pedro Barbosa Campos Machado Espregueira	Vogal

Fiscal Único

Efectivo:

Deloitte & Associados, SROC, SA

Suplente:

Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro

2. RELATÓRIO DE GESTÃO

Enquadramento Económico e de Mercado

Após o quadro recessivo sem precedentes históricos vivido pelas economias mundiais no ano de 2009, o ano de 2010 foi já caracterizado por um desempenho mais favorável a nível global. A actividade económica mundial voltou a crescer, em parte assente nos estímulos dados pelos bancos centrais de alguns países desenvolvidos ao manterem as taxas de juros historicamente baixas e também devido à retoma verificada no consumo privado, aliada à ausência de pressões inflacionistas.

O FMI estima que a economia mundial em 2010 tenha crescido 4,8%, voltando ao ritmo verificado no período anterior à crise financeira. O ano iniciou-se com uma aceleração bastante pronunciada no primeiro trimestre, em parte resultado do significativo volume de ajudas públicas disponibilizadas no segundo semestre de 2009.

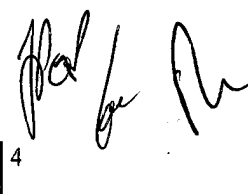
A dissipação deste impacto resultou inicialmente numa desaceleração a meio do ano, voltando no entanto a verificar-se uma reaceleração na parte final de 2010, o que deixou perspectivas favoráveis para 2011.

Os Estados Unidos da América voltaram a ter um papel decisivo para a retoma da economia mundial, por um, lado através da manutenção da taxa de referência pela Reserva Federal ao nível mais baixo de sempre e por outro lado, com a implementação de diversos pacotes de estímulo económico pela administração liderada por Barack Obama. O ritmo de crescimento não foi no entanto uniforme entre as principais economias, tendo as economias emergentes mantido crescimentos mais acentuados, com a China a registar um crescimento de 10,3% e o Brasil de 7,5%.

O ano de 2010 ficou ainda marcado pelas tensões nos mercados de dívida pública de alguns países da Zona Euro (Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha) traduzidas no aumento significativo do custo de financiamento (*spreads*) exigidos para financiamento da respectiva dívida soberana, o que levou à implementação e reforço de medidas de austeridade. Apesar da instabilidade vivida na Zona Euro, verificou-se no conjunto dos 16 países um crescimento económico em 2010 de 1,7%, assente essencialmente na procura interna.

Para 2011 perspectiva-se a continuidade do crescimento económico a nível mundial e nomeadamente na Zona Euro.

A economia portuguesa registou em 2010 um crescimento de 1,4%, superior ao esperado, e após uma contracção de 2,6% verificada em 2009. Este crescimento verificou-se essencialmente nos primeiros três trimestres do ano, resultante do contributo positivo das exportações e do consumo interno, apesar de se ter verificado uma forte quebra no investimento.



O consumo privado acelerou significativamente em 2010, em consequência da melhoria do rendimento disponível associado aos baixos níveis de taxas de juro e da antecipação da aquisição de alguns bens, em especial automóveis em Junho e em Dezembro, antes dos aumentos verificados nas taxas do IVA.

A taxa de desemprego atingiu o máximo histórico de 10,9% no terceiro trimestre de 2010 com o registo de mais de 600 mil desempregados. A taxa de inflação atingiu 2,5% no final do ano, fruto da subida dos preços das matérias-primas, dos produtos alimentares, dos transportes e reflectindo ainda a subida do IVA.

O ano de 2010 foi ainda marcado pela questão orçamental, com o governo a implementar diversas medidas destinadas a reduzir de forma agressiva o défice orçamental. De uma meta inicial de 7,3% do PIB para o défice de 2010, o governo antecipou um défice de 6,9%. No final do ano o governo anunciou um novo pacote de medidas incluídas no OE para 2011, com mais redução da despesa e um novo aumento de impostos, tendo por meta reduzir o défice para 4,6% do PIB em 2011.

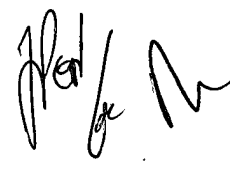
Para 2011 aguarda-se uma contracção da actividade económica em consequência das medidas tomadas no OE para 2011, com uma ligeira recuperação em 2012. Esta evolução traduz o impacto sobre a actividade económica do início do ajustamento de um conjunto de desequilíbrios acumulados ao longo de mais de uma década. Estes ajustamentos afiguram-se como condição necessária para assegurar o regresso da economia portuguesa a uma trajectória de crescimento sustentado. O cumprimento dos objectivos de consolidação orçamental e a manutenção de uma trajectória de redução sustentada das necessidades de financiamento da Administração Pública é primordial para assegurar aqueles objectivos e permitir a descida dos custos de financiamento.

O regresso de um clima de confiança aos mercados internacionais exige que o Estado cumpra os planos de redução do deficit público, não só através do aumento da receita fiscal, mas sobretudo através da redução sustentada da despesa pública.

Evolução da Actividade e Resultados

O ano de 2010 foi o primeiro ano completo da Fincor sob a gestão da Patris Investimentos, SGPS, S.A.. Uma vez concluídas as principais metas a que a Fincor se tinha proposto após a mudança de accionista, nomeadamente:

- i) autonomização da Fincor, incluindo todo o processo de dotar a empresa dos meios próprios necessários nas áreas de tesouraria, registo de operações, controlo de risco, processamento de salários, apoio informático, auditoria interna, instalações e infraestruturas,
- ii) implementação do plano de redução de custos através da renegociação de contratos com os principais fornecedores, da reorganização de serviços, funções e colaboradores dentro da empresa e de uma gestão rigorosa,



impunha-se a implementação de um plano de negócios sustentável no longo prazo. No âmbito da implementação do plano de negócios da Fincor para o ano de 2010, foi alargado o leque de produtos disponibilizado aos clientes da Fincor, com:

- i) a introdução dos CFDs (contracts for difference), um derivado cada vez mais popular pela sua flexibilidade, variedade de activos subjacentes, alavancagem e possibilidade de posições curtas e longas;
- ii) a entrada da Fincor no mercado de crédito, onde a dívida pública e privada representa cerca de 30% da totalidade dos valores mobiliários transaccionados no mercado, e
- ii) a entrada da Fincor no mercado cambial, um importante mercado OTC (over-the counter) onde são transaccionadas as principais moedas mundiais.

Em matéria de gestão de riscos, foi feito um extenso trabalho de actualização de procedimentos ao nível operacional e de controlo interno, para adequar a estrutura e procedimentos da sociedade à actividade desenvolvida mitigando, entre outros, os riscos de crédito, de mercado, de taxa de juro, de liquidez, de taxa de câmbio e operacional.

O trabalho desenvolvido ao longo do ano 2010 permitiu à Fincor crescer cerca de 60% em termos de comissões líquidas, trabalhando actualmente com uma base de clientes significativamente mais ampla e diversificada. Também a nível de custos houve resultados significativos, tendo-se reduzido os custos com pessoal em 34%, e os FSEs em cerca de 9%, apesar do significativo aumento do volume de negócio acima mencionado. A combinação do trabalho desenvolvido tanto do lado dos proveitos como nos custos permitiu à Fincor inverter a tendência de resultados negativos dos últimos anos, período em que pertencia ao Grupo SLN, para entrar em território positivo, com um Resultado Líquido do Exercício na ordem dos Euros 300.000.

Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos da alínea f), do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, para o Resultado Líquido do Exercício, no montante de Euros 300.146, propõe-se a seguinte aplicação de resultados: 10%, ou seja, Euros 30.014,60 para Reserva Legal e 90%, ou seja, Euros 270.013,40 para a conta de Resultados Transitados.

Informações Complementares

Durante o exercício de 2010 não ocorreram quaisquer factos adicionais que mereçam nota de destaque, não tendo havido qualquer aquisição ou alienação de acções próprias durante o exercício.

De referir ainda que nos primeiros meses de 2010, e até à data do presente relatório, não ocorreram factos materialmente relevantes que devam ser aqui reflectidos nas demonstrações financeiras ou de outro modo.



Perspectivas para 2011

Sendo 2011 um ano de profundas reformas a nível do Estado e da Economia, com forte incidência na contenção orçamental e medidas de austeridade com o objectivo de alinhar as contas públicas com as principais metas propostas pela EU, assistiremos seguramente à contracção da actividade económica nacional ao longo do ano.

Torna-se assim maior o desafio de manutenção do crescimento e desenvolvimento do negócio da Fincor a que a Patris Investimentos se propôs. Preparados para o desafio iremos, durante o ano de 2011, dar continuidade ao esforço desenvolvido ao longo de 2010, com base numa equipa forte e motivada com capacidade de adaptação às novas realidades de mercado e que se propõe alcançar os seguintes objectivos em 2011:

- i) dinamizar as actuais áreas de negócio;
- ii) alargar os canais de distribuição;
- iii) potenciar sinergias abrindo novas áreas de negócio onde a Fincor nunca antes esteve presente, tendo para tal já sido submetido para apreciação do BdP o pedido de passagem a Sociedade Financeira de Corretagem.

Notas Finais

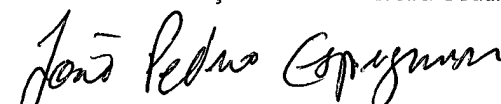
Por último uma nota de agradecimento pela confiança merecida pelos nossos clientes, pelo esforço e dedicação dos colaboradores e órgãos sociais e pelo apoio e orientação estratégica do accionista único, Patris Investimentos, SGPS.

Lisboa, 13 de Maio de 2011

O Conselho de Administração,


Gonçalo França de Castro Pereira Coutinho (Presidente)


Pedro Manuel França de Castro Pereira Coutinho (Vogal)


João Pedro Barbosa Campos Machado Espregueira (Vogal)

3. ANEXOS

Anexo I

Para efeitos do artigo 447º do Código das sociedades Comerciais, a posição accionista dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, à data de 31 de Dezembro de 2010, era a seguinte:

Nenhum membro dos órgãos sociais detinha acções da empresa em 31 de Dezembro de 2010 nem transaccionou acções da empresa em 2010.

Anexo II

Participações de accionistas, nos termos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais:

1. Accionistas com pelo menos metade do capital social:
Patris Investimentos, SGPS, S.A.

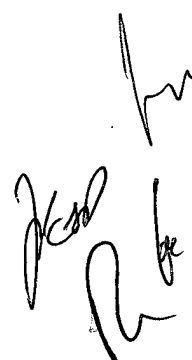
Anexo III

Documentos de Prestação das Contas

1. Balanços em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
2. Demonstração de Resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
3. Demonstrações das Alterações no Capital Próprio para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
4. Demonstrações do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
6. Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Documentos de Fiscalização e Auditoria

1. Certificação Legal das Contas
2. Parecer do Fiscal Único



FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2010		2009		Notas	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		Notas	2010	2009
	Activo bruto	Provisões, imparidade, e amortizações	Activo líquido	Activo líquido		Provisões	Total do passivo			
ACTIVO										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	375	-	375	1	4	Provisões	13	30	30	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	421	-	421	242	5	Passivos por impostos correntes	11	13	-	
Activos financeiros disponíveis para venda	20	-	20	41	6	Passivos por impostos diferidos	11	1	1	
Aplicações em instituições de crédito	7	-	7	267	7	Outros passivos subordinados	14	-	424	
Outros activos tangíveis	1.488	(1.329)	139	43	8	Outros passivos	15	14.430	12.869	
Activos intangíveis	34	(18)	16	20	9	Total do passivo		14.474	13.124	
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5	-	5	5	10	Capital social	16	1.300	1.300	
Activos por impostos correntes	77	-	77	74	11	Outros instrumentos de capital	17	424	-	
Activos por impostos diferidos	-	-	-	121	11	Outras reservas e resultados transitados	17	(1.115)	(750)	
Outros activos	14.467	(144)	14.323	12.497	12	Resultado líquido do exercício	17	300	(363)	
						Total do capital próprio		909	187	
Total do activo	16.874	(1.491)	15.383	13.311		Total do capital próprio e do passivo		15.383	13.311	

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

Luís Miguel Pinto

*Conselheiro Presidente
Recylda
João Pedro Espinosa*

FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Juros e rendimentos similares	19	1	3
Margem financeira		<u>1</u>	<u>3</u>
Rendimentos com serviços e comissões	20	1.662	1.296
Encargos com serviços e comissões	20	(746)	(661)
Resultados de reavaliação cambial		(3)	1
Outros resultados de exploração	21	849	433
Produto bancário		<u>1.763</u>	<u>1.072</u>
Custos com pessoal	22	(360)	(516)
Gastos gerais administrativos	23	(933)	(999)
Amortizações do exercício	8 e 9	(37)	(10)
Provisões líquidas de reposições e anulações	13	-	(30)
Resultado antes de impostos		<u>433</u>	<u>(483)</u>
Impostos sobre lucros			
Correntes	11	(14)	-
Diferidos	11	(119)	120
Resultado líquido do exercício		<u>300</u>	<u>(363)</u>
Número de acções		260.522	260.522
Resultados por acção		0,0012	(0,0014)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



Conselho de Administração
Pedro C. L.
João Pedro Espirito

FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados		Resultado líquido do exercício	Total
			Reserva Legal	Resultados transitados		
1.300	-	-	170	(227)	(693)	550
-	-	-	-	(693)	693	-
-	-	-	-	-	(363)	(363)
1.300	-	-	170	(920)	(363)	187
-	-	-	-	(363)	363	-
-	424	-	-	-	-	424
-	-	(2)	-	-	300	298
1.300	424	(2)	170	(1.283)	300	909

Saldos em 31 de Dezembro de 2008

Aplicação do lucro do exercício de 2008:

Transferência para reservas e resultados transitados

Rendimento integral de 2009

Saldos em 31 de Dezembro de 2009

Aplicação do lucro do exercício de 2009:

Transferência para reservas e resultados transitados

Conversão de suprimentos em prestações suplementares de capital

Rendimento integral de 2010

Saldos em 31 de Dezembro de 2010

Luís António Pinto

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Luís António Coutinho
Red VCL
Jos Pedro Espinosa

FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2010	2009
Resultado líquido do exercício	300	(363)
Activos financeiros disponíveis para venda		
. Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	(2)	-
	(2)	-
Rendimento integral do exercício	298	(363)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Luís Mateus

Luís Almeida
Red. R. L.
João Pedro Augusto

FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de juros e comissões	1.663	1.296
Pagamentos de juros e comissões	(746)	(661)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(677)	(1.580)
(Pagamento) / recebimento de imposto sobre o rendimento	(4)	(4)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	(3)	3
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	<u>233</u>	<u>(946)</u>
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:		
Activos financeiros disponíveis para venda	21	(15)
Aplicações em instituições de crédito	260	(267)
Outros activos	168	117
	<u>449</u>	<u>(165)</u>
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>682</u>	<u>(1.111)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(129)	(61)
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(129)</u>	<u>(61)</u>
Aumento / (diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	<u>(553)</u>	<u>(1.172)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	<u>243</u>	<u>1.414</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	<u>796</u>	<u>243</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Fincor – Sociedade Corretora, S.A. (“Fincor Corretora” ou “Sociedade”) foi constituída por escritura pública em 3 de Novembro de 1992.

A Sociedade tem por objecto o exercício das actividades legalmente consentidas às sociedades corretoras, de acordo com o disposto no Decreto – Lei n.º 229/88, de 4 de Julho, bem como o Decreto – Lei n.º 262/2001.

Aquando da sua constituição, a Sociedade estava unicamente vocacionada para o segmento de clientes institucionais, tendo alargado a sua actividade ao segmento dos particulares em 1995.

Em 20 de Julho de 2009, a Patris Investimentos, SGPS, S.A. adquiriu à Fincor SGPS, S.A., a totalidade do capital social (Nota 16).

As demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de Dezembro de 2010 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal.

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, excepto no que se refere aos activos tangíveis que são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pelo IAS 16 – Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais-valias resultantes são registadas em “Reservas de reavaliação”.

Em 2006 a Sociedade apresentou pela primeira vez as suas demonstrações financeiras de acordo com as NCA.

2.2 Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros ao câmbio de "fixing" da data do balanço, com excepção dos saldos relativos a notas e moedas estrangeiras, os quais são convertidos ao câmbio médio do mês indicado pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, de acordo com o efeito que as transacções em divisas têm na posição cambial. Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial.

c) Outros activos e passivos financeiros

Os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com os IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo justo valor.

i) Activos financeiros disponíveis para venda e Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida, que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados ou como investimentos a deter até à maturidade ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio "reserva de justo valor" até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidas directamente em resultados do período.

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

ii) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são inicialmente valorizados ao justo valor, que corresponde à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção e são posteriormente valorizados ao custo amortizado.

iii) Outros instrumentos de capital

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica corresponde integralmente a prestações suplementares de capital. As prestações suplementares de capital só podem ser restituídas por deliberação do Conselho de Administração e após aprovação em Assembleia Geral e se verificadas as condições previstas na legislação para a sua restituição, isto é, o capital próprio não poderá ficar com um valor inferior ao da soma do capital social e da reserva legal. As prestações suplementares não são remuneradas.

d) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	Anos de <u>vida útil</u>
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento	3 a 10

As despesas em edifícios arrendados são amortizadas em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

e) Activos intangíveis

A Sociedade regista nesta rubrica as despesas com software adquirido, nos casos em que o impacto esperado se reflecte para além do exercício em que são realizados.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas anuais constantes e por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos.

Os custos subsequentes com os activos intangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros. Todas as despesas com a manutenção e reparação são reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

f) Provisões

Esta rubrica do passivo corresponde às provisões constituídas para fazer face a um processo instaurado por um antigo colaborador da Sociedade, de acordo com o IAS 37 (Nota 13).

g) Impostos sobre os lucros

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais também são registados como impostos diferidos activos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Em 31 de Dezembro de 2009, os impostos diferidos activos correspondem a impostos diferidos relativos aos prejuízos fiscais reportáveis gerados em 2009. Em 2010, a Sociedade gerou lucro tributável, tendo utilizado na íntegra os prejuízos fiscais reportáveis gerados em 2009.

Em 2009, a Sociedade requereu à Administração Fiscal a possibilidade de utilizar os prejuízos fiscais reportáveis de exercícios anteriores, tendo em conta a alteração de titularidade em mais de 50% do capital social. A Sociedade não reconheceu os impostos diferidos activos relativos aos prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores, tendo em conta que na data de preparação das demonstrações financeiras não fora ainda informada da decisão da Administração Fiscal. Em 2010, a Administração Fiscal indeferiu o requerimento da Sociedade.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reflectidos em resultados com excepção dos impostos relativos a transacções directamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em títulos disponíveis para venda.

2.3 Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Excepto no que diz respeito a matérias reguladas pelo Banco de Portugal, tal como referido na Nota 2.1, em 2010 a Sociedade utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2010, desde que aprovadas pela União Europeia.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	Descrição
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2009	Várias (usualmente 1-Jan-10)	Este processo envolveu a revisão de 12 normas contabilísticas.

O efeito nas demonstrações financeiras da Sociedade do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, decorrente da adopção das novas normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas, não foi significativo.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela gestão, que podem afectar o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

As principais estimativas utilizadas pelo Conselho de Administração são as seguintes:

- Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

- Proveitos relativos à cedência de pessoal ao Grupo BPN e outros aspectos relacionados.

Conforme referido nas Notas 12 e 21, o Conselho de Administração efectuou uma estimativa dos proveitos relativos à cedência de colaboradores ao Banco Português de Negócios, S.A. (BPN) com base nos encargos suportados relativamente a esses colaboradores. Adicionalmente, a Sociedade tem vindo a devolver um conjunto de facturas emitidas pelo BPN ACE, na medida em que considera que esses custos não são imputáveis à Sociedade, uma vez que dizem respeito a períodos subsequentes à data de desvinculação do BPN ACE, formalmente comunicada pela Sociedade ao Grupo BPN como tendo ocorrido em Dezembro de 2009.

4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica corresponde integralmente aos valores em caixa.

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	387	223
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	34	19
	-----	-----
	421	242
	===	====

6. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

2010					
<u>Títulos</u>	<u>Taxa de juro</u>	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Juros a receber</u>	<u>Reserva de justo valor (Nota 17)</u>	<u>Valor de balanço</u>
Instrumentos de dívida					
Emitidos por residentes					
OT - 05/11/2010	3,35%	<u>21</u>	<u>1</u>	<u>(2)</u>	<u>20</u>
2009					
<u>Títulos</u>	<u>Taxa de juro</u>	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Juros a receber</u>	<u>Valor de balanço</u>	
Instrumentos de dívida					
Emitidos por residentes					
OT - 05/02/2010	5,85%	19	-	19	
OT - 05/11/2010	3,35%	21	1	22	
		<u>40</u>	<u>1</u>	<u>41</u>	

7. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Aplicações em instituições de crédito” corresponde integralmente a depósitos a prazo remunerados a uma taxa média de 0,2% e 2,22%, respectivamente.

8. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser apresentado da seguinte forma:

	2010						
	31-12-2009				31-12-2010		
	<u>Valor bruto</u>	<u>Amortizações acumuladas</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Amortizações do exercício</u>	<u>Valor bruto</u>	<u>Amortizações acumuladas</u>	<u>Valor líquido</u>
Activos tangíveis							
Imóveis							
Despesas em edifícios arrendados	<u>172</u>	<u>(170)</u>	-	-	<u>172</u>	<u>(170)</u>	<u>2</u>
Equipamentos							
Mobiliário e material	139	(131)	2	-	141	(131)	10
Máquinas e ferramentas	37	(36)	-	-	37	(36)	1
Equipamento informático	501	(500)	119	(21)	620	(521)	99
Instalações interiores	347	(320)	-	(4)	347	(324)	23
Material de transporte	10	(6)	-	(1)	10	(7)	3
Equipamento de segurança	11	(11)	-	-	11	(11)	-
Outro equipamento	3	(3)	1	-	4	(3)	1
	<u>1.048</u>	<u>(1.007)</u>	<u>122</u>	<u>(26)</u>	<u>1.170</u>	<u>(1.033)</u>	<u>137</u>
Outros activos fixos tangíveis							
Equipamento em locação financeira	126	(126)	-	-	126	(126)	-
	<u>1.346</u>	<u>(1.303)</u>	<u>122</u>	<u>(26)</u>	<u>1.468</u>	<u>(1.329)</u>	<u>139</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2009						
	31-12-2008			31-12-2009			
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Activos tangíveis							
Imóveis							
Despesas em edifícios arrendados	170	(170)	2	-	172	(170)	2
Equipamentos							
Mobiliário e material	131	(131)	8	-	139	(131)	8
Máquinas e ferramentas	36	(36)	1	-	37	(36)	1
Equipamento informático	500	(500)	1	-	501	(500)	1
Instalações interiores	319	(316)	28	(4)	347	(320)	27
Material de transporte	5	(5)	5	(1)	10	(6)	4
Equipamento de segurança	11	(11)	-	-	11	(11)	-
Outro equipamento	3	(3)	-	-	3	(3)	-
	1.005	(1.002)	43	(5)	1.048	(1.007)	41
Outros activos fixos tangíveis							
Equipamento em locação financeira	126	(126)	-	-	126	(126)	-
	1.301	(1.298)	45	(5)	1.346	(1.303)	43

9. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser apresentado da seguinte forma:

	2010						
	31-12-2009			31-12-2010			
	Valor bruto em	Amortizações acumuladas em	Aquisições	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Activos intangíveis							
Software	27	(7)	7	(11)	34	(18)	16

	2009						
	31-12-2008			31-12-2009			
	Valor bruto em	Amortizações acumuladas em	Aquisições	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Activos intangíveis							
Software	12	(2)	15	(5)	27	(7)	20

10. INVESTIMENTOS EM FILIAIS E ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica corresponde integralmente ao custo de aquisição da participação de 5% no capital social do BPN Serviços – Serviços Administrativos, Operacionais e Informáticos, ACE (BPN ACE) no montante de 5 mEuros (Nota 24). Esta participação encontra-se registada ao custo de aquisição, uma vez que apesar de no âmbito da aquisição da Sociedade pela Patris Investimentos, SGPS, S.A., a Fincor ter notificado formalmente o Grupo BPN da saída do BPN ACE em Dezembro de 2009, está ainda em curso o acerto de valores entre a Sociedade e o Grupo BPN relativos a este processo.

11. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 eram os seguintes:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Activos por impostos correntes		
IRC – Pagamentos por conta	77	74
	---	---
Passivos por impostos correntes		
IRC	(13)	-
	---	---
	<u>64</u>	<u>74</u>
	===	===
Activos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	-	121
	---	---
Passivos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	(1)	(1)
	---	---
	<u>(1)</u>	<u>120</u>
	==	==

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2008	Variação em resultados	Saldo em 31-12-2009	Variação em resultados	Saldo em 31-12-2010
· Relativos a prejuízos fiscais reportáveis	-	121	121	(121)	-
· Relativos a diferenças temporárias	(1)	-	(1)	-	(1)
	<u>(1)</u>	<u>121</u>	<u>120</u>	<u>(121)</u>	<u>(1)</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto no exercício de 2010 e 2009 pode ser demonstrada como segue:

	2010		2009	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		433		(483)
Imposto apurado com base na taxa nominal de 25%	25,00%	(108)	25,00%	121
Derrama municipal e tributação autónoma	4,35%	(21)	0,21%	(1)
Outros	0,83%	(4)	0,00%	-
	<u>30,72%</u>	<u>(133)</u>	<u>24,79%</u>	<u>120</u>

Em 31 de Dezembro de 2009, os impostos diferidos activos correspondem a impostos diferidos relativos aos prejuízos fiscais reportáveis gerados em 2009. Em 2010, a Sociedade gerou lucro tributável, tendo utilizado na íntegra os prejuízos fiscais reportáveis gerados em 2009.

Em 2009, a Sociedade requereu à Administração Fiscal a possibilidade de utilizar os prejuízos fiscais reportáveis de exercícios anteriores, tendo em conta a alteração de titularidade em mais de 50% do capital social. A Sociedade não reconheceu os impostos diferidos activos relativos aos prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores, tendo em conta na data de preparação das demonstrações financeiras não fora ainda informada da decisão da Administração Fiscal. Em 2010, a Administração Fiscal indeferiu o requerimento da Sociedade.

Em 2010, o imposto corrente corresponde à derrama municipal e tributação autónoma.

12. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Operações de bolsa por regularizar	13.109	11.947
Devedores diversos	1.184	300
Outros proveitos a receber	-	221
Valores vencidos	144	144
Despesas com custo diferido	30	29
	<u>14.467</u>	<u>12.641</u>
Provisões para valores vencidos (Nota 13)	<u>(144)</u>	<u>(144)</u>
	<u>14.323</u>	<u>12.497</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os valores vencidos por prazo de incumprimento apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Mais de três anos	144	144
	===	===

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Operações de bolsa a regularizar" corresponde à venda de valores mobiliários de clientes cuja liquidação ocorreu em Janeiro de 2011 e 2010, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Devedores diversos" inclui 1.107 mEuros e 221 mEuros relativos a valores a receber do Grupo BPN no âmbito da cedência de colaboradores em regime de exclusividade a esta instituição bancária, no período compreendido entre Dezembro de 2005 e Novembro de 2009. Estes montantes foram reconhecidos em 2010 e 2009 por contrapartida da rubrica "Outros rendimentos de exploração" (ver Nota 21). Actualmente, e apesar de a Fincor ter notificado formalmente o Grupo BPN da sua saída do BPN ACE em Dezembro de 2009, está ainda em curso o acerto de valores entre a Sociedade e o Grupo BPN, incluindo importâncias relativas às cedências de pessoal realizadas em 2009 e em anos anteriores.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Devedores diversos" inclui 6 mEuros e 259 mEuros, respectivamente, relativos a valores a receber da Patris Investimentos, SGPS, S.A (Nota 24).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

13. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	2010		
	<u>31-12-2009</u>	<u>Dotações</u>	<u>31-12-2010</u>
Provisões para devedores			
Devedores vencidos (Nota 12)	144	-	144
Provisões	30	-	30
	----	----	----
	174	-	174
	====	==	====

	2009		
	<u>31-12-2008</u>	<u>Dotações</u>	<u>31-12-2009</u>
Provisões para devedores			
Devedores vencidos (Nota 12)	144	-	144
Provisões	-	30	30
	----	----	----
	144	30	174
	====	==	====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Provisões" corresponde à estimativa de dispêndio de recursos associados a um processo instaurado contra a Sociedade por um antigo colaborador.

Em 31 de Dezembro de 2010, existem sobre a Sociedade um conjunto de processos judiciais e laborais, cuja decisão final por parte dos respectivos tribunais ainda não foi proferida. O montante total reclamado pelos autores das diversas acções judiciais é o seguinte:

Processos de natureza judicial ou regulamentar	97
Processos de natureza laboral	30

	127
	====

14. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Empréstimo subordinado:		
Patris Investimentos, SGPS, S.A.	-	424
	----	----
	-	424
	==	====

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica "Outros passivos subordinados" refere-se a suprimentos adquiridos pela Patris Investimentos, SGPS, S.A. no âmbito da aquisição do capital social da Fincor à Fincor SGPS, S.A. (ver Nota 16 e 24).

As condições deste passivo subordinado são as seguintes:

- Não é remunerado;
- Sem prazo;
- Apenas reembolsável se a estrutura de capitais próprios assim o justificar, sendo necessário um acordo prévio do Banco de Portugal;
- Cláusula de subordinação (apenas são liquidados, após cumprimento de todas as responsabilidades perante credores comuns e subordinados);
- Possibilidade de conversão em capital, caso o accionista assim o entenda; e
- Em caso de prejuízos, o capital em dívida pode ser utilizado, permitindo a continuidade da actividade.

Na Assembleia Geral realizada em 28 de Maio de 2010 foi aprovada a conversão do empréstimo subordinado em prestações suplementares de capital (ver Nota 16) para dar cumprimento ao disposto no artigo 35 do Código das Sociedades Comerciais.

15. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Operações de bolsa a regularizar	13.106	12.150
Credores diversos	1.169	476
Outros encargos a pagar	155	43
	<u>14.430</u>	<u>12.669</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Operações de bolsa a regularizar” corresponde ao valor de operações de compra de títulos no final do exercício cuja liquidação financeira ocorreu no início do exercício subsequente.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Credores diversos” inclui um saldo a pagar ao BPN ACE no montante de 373 mEuros e 342 mEuros (Ver Nota 24), respectivamente, no âmbito do contrato de prestação de serviços.

Em 2010, a rubrica “Credores diversos” inclui ainda 187 mEuros relativos à cedência de pessoal efectuada por uma entidade do Grupo Patris, Patris Seguros - Corretores e Consultores de Seguros, S.A. à Sociedade.

16. CAPITAL E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital social da Sociedade era representado por 260.522 acções com valor nominal de 4,99 Euros. Nessa data, o capital social era detido integralmente pela Fincor SGPS, S.A. (entidade do Grupo Sociedade Lusa de Negócios, S.A.).

Em 20 de Julho de 2009, a Patris Investimentos SGPS, S.A. adquiriu a totalidade do capital social da Sociedade. Esta operação incluiu a aquisição dos suprimentos anteriormente detidos pela Fincor SGPS, S.A. no montante de 424 mEuros. Esta transacção foi efectuada pelo montante global de 1 Euro (ver Nota 14).

Deste modo, em 31 de Dezembro de 2010, o capital social da Sociedade ascendia a 1.300 mEuros, sendo detido integralmente pelo accionista Patris Investimentos, SGPS, S.A..

Em 2010 foi deliberado em Assembleia Geral a conversão do empréstimo subordinado no montante de 424 mEuros em prestações suplementares de capital (ver Nota 14). As prestações suplementares de capital só podem ser restituídas por deliberação do Conselho de Administração e após aprovação em Assembleia Geral e se verificadas as condições previstas na legislação para a sua restituição, isto é, o capital próprio não poderá ficar com um valor inferior ao da soma do capital social e da reserva legal. As prestações suplementares não são remuneradas.

17. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Reserva legal	170	170
Reservas de reavaliação (Nota 6)	(2)	-
Resultados transitados	(1.283)	(920)
Resultado líquido do exercício	300	(363)
	-----	-----
	(815)	(1.113)
	=====	=====

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, a Sociedade constitui um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da actividade individual, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

18. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales		
Activos dados em garantia	-	41
	==	==
Responsabilidades por prestações de serviços		
Depósito e guarda de valores	1.638	1.543
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de "Depósitos e guarda de valores" diz respeito aos títulos e disponibilidades de clientes para os quais a Fincor Corretora, para além das funções de intermediação financeira, assegura a custódia de valores.

19. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Activos financeiros disponíveis para venda	1	3
	==	==

20. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Rendimentos de serviços e comissões</u>		
Por operações realizadas por conta de terceiros	1.660	1.294
Outras comissões recebidas	2	2
	-----	-----
	1.662	1.296
	=====	=====
<u>Encargos de serviços e comissões</u>		
Por operações realizadas por terceiros		
Títulos	565	661
Outras comissões pagas	181	-
	-----	-----
	746	661
	====	====

As lojas Fincor actuam como receptoras de ordens para a Sociedade.
Os principais aspectos a destacar na relação entre as lojas Fincor e a Sociedade são os seguintes:

- A Sociedade assegura entre, outros aspectos, os serviços de apoio à negociação, nomeadamente a execução de ordens, linhas de comunicação e de rede; e
- As lojas Fincor pagam comissões de corretagem de acordo com a natureza das ordens transmitidas. Ao abrigo dos contratos celebrados existe exclusividade contratual de canalização de ordens com a Fincor.

Em 2010 e 2009, a Sociedade suportou custos ao abrigo dos contratos celebrados com as lojas Fincor nos montantes de 557 mEuros e 661 mEuros, respectivamente.

21. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Outros rendimentos de exploração		
Outros ganhos e rendimentos operacionais	870	484
	-----	-----
Outros encargos de exploração		
Outros encargos e ganhos operacionais	21	51
	-----	-----
Outros resultados de exploração	849	433
	====	==

Em 2010 e 2009, a rubrica "Outros rendimentos de exploração" inclui 870 mEuros e 266 mEuros, respectivamente, relativos a cedências de pessoal em regime de exclusividade ao Grupo BPN no período compreendido entre Dezembro 2005 e Novembro de 2009. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os valores a receber relativamente a esta matéria ascendem a 1.107 mEuros e 221 mEuros, respectivamente (Nota 12). Conforme referido anteriormente, a Fincor notificou formalmente o Grupo BPN da sua saída do BPN ACE em Dezembro de 2009, estando em curso o acerto de valores entre a Sociedade e o Grupo BPN, incluindo importâncias relacionadas com as cedências de pessoal realizadas em 2009 e em anos anteriores.

22. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Salários e vencimentos		
Órgãos de direcção	-	38
Empregados	283	358
	-----	-----
	283	396
	-----	-----
Encargos sociais obrigatórios	68	93
Indemnizações contratuais	-	22
Outros custos com pessoal	9	5
	-----	-----
	360	516
	===	===

Em 2009, o saldo da rubrica "Órgãos de direcção" respeita aos vencimentos pagos aos membros do Conselho de Administração em função até à alteração de estrutura accionista em Julho de 2009. Após a alteração da estrutura accionista, os membros do Conselho de Administração deixaram de ser remunerados.

O efectivo médio anual de empregados ao serviço da Sociedade durante os exercícios de 2010 e 2009, distribuídos pelas grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Funções de direcção	-	1
Funções técnicas e específicas	9	9
Funções administrativas	2	7
	---	---
	11	17
	==	==

23. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Comunicações	300	393
Rendas e alugueres	121	118
Deslocações, estadas e representação	46	4
Honorários e avenças	25	13
Fornecimentos	10	2
Conservação	7	4
Publicidade e edição de publicações	4	-
Seguros	2	1
Outros serviços de terceiros		
Serviços especializados	319	-
Informática	78	6
BPN Serviços - ACE	-	456
Outros	21	2
	-----	-----
	933	999
	====	====

Em 2009, a rubrica "Outros serviços de terceiros" inclui 456 mEuros (Nota 24) relativos ao contrato de prestação de serviços celebrado com o BPN ACE em 2002. No âmbito deste contrato, a Sociedade passou a suportar as despesas de instalação e funcionamento do BPN ACE na proporção da sua participação. Tal como referido anteriormente, no âmbito da aquisição da Fincor pela Patris Investimentos, SGPS, S.A., a Fincor notificou formalmente o Grupo BPN da sua saída do BPN ACE, estando em curso o acerto de valores entre a Sociedade e o Grupo BPN.

Em 2010, a rubrica "Outros serviços de terceiros – Serviços especializados" inclui ainda 187 mEuros relativos à cedência de pessoal efectuada por uma entidade do Grupo Patris.

Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas ascendem a 32,5 mEuros, dos quais:

- Revisão legal das contas: 17,5 mEuros
- Outros serviços prestados no âmbito de requisitos regulamentares: 15 mEuros

24. ENTIDADES RELACIONADAS

De acordo com o IAS 24, são consideradas entidades relacionadas, aquelas em que a Sociedade exerce, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a sua gestão e política financeira e as entidades que exercem um influência significativa sobre a Sociedade – Accionistas e Membros do Conselho de Administração.

Em 31 de Dezembro de 2010, o Conselho de Administração era composto pelos seguintes elementos:

- Gonçalo França de Castro Pereira Coutinho – Presidente
- João Pedro Barbosa Campos Machado Espregueira – Vogal
- Pedro Manuel França de Castro Pereira Coutinho – Vogal

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os principais saldos com entidades relacionadas são os seguintes:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
BPN Serviços, ACE (Nota 10)	5	5
Outros activos		
Patris Investimentos, SGPS, S.A. (Nota 12)	6	259
Outros passivos subordinados		
Patris Investimentos, SGPS, S.A. (Nota 14)	-	424
Outros passivos		
BPN Serviços, ACE (Nota 15)	373	342
Patris Seguros - Corretores e Consultores de Seguros, S.A.	187	-
Gastos gerais administrativos		
BPN Serviços, ACE (Nota 23)	-	456
Patris Seguros - Corretores e Consultores de Seguros, S.A.	187	-

A Sociedade não apresentou relações comerciais com membros do Conselho de Administração que exerçam influência significativa.

25. GESTÃO DE RISCOS

A função de Gestão de riscos não é desempenhada de forma independente, uma vez que dada a sua dimensão e número de colaboradores, é aplicável à Fincor Corretora S.A., o previsto no nº 5 do artigo nº 16 do Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal. Apresentamos uma breve descrição dos controlos existentes para garantir a eficácia do sistema de gestão de riscos.

25.1 Risco de crédito

Na Fincor Corretora o risco de crédito é reduzido, atendendo a que a legislação específica para este tipo de sociedades, não permite a concessão de crédito. No entanto também existe risco de crédito para todos os saldos devedores, nomeadamente os saldos de disponibilidades existentes em instituições de crédito. A Sociedade definiu como estratégia para mitigar esses riscos, escolher sempre instituições com credibilidade e bom rating, e um controlo rigoroso que a Área de Back Office faz das reconciliações bancárias. São também efectuadas análises a todos os outros saldos devedores e respectiva evolução pela Área de Contabilidade para neutralizar qualquer eventual risco.

25.2 Risco de mercado

O risco de mercado da Sociedade, derivado da evolução dos mercados de capitais, só tem reflexos na cobrança das comissões de corretagem, já que a Sociedade apenas detém em carteira Obrigações do Tesouro, a que é obrigada, no estrito cumprimento do Sistema de Indemnização aos Investidores. Mesmo a evolução dos mercados pode ter impactos imprevisíveis na cobrança das comissões, já que mesmo em situações em que o risco de mercado para os investidores seja elevado, poderão existir impactos positivos em termos de volume de corretagens.

25.3. Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro, face à actividade desenvolvida pela Sociedade, não é materialmente relevante já que tem impacto apenas em algumas aplicações financeiras da sociedade (Obrigações do Tesouro existentes devido ao Sistema de Indemnização aos Investidores).

25.4 Risco de liquidez

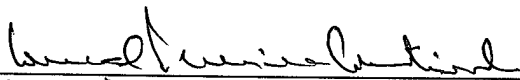
O risco de liquidez da Sociedade é controlado quer através de análise diária da tesouraria, quer através das reconciliações bancárias as quais são efectuadas diariamente, garantindo que não surgem quaisquer problemas. Atendendo ao objecto social da Sociedade e as imposições legais em matéria de requisitos mínimos de fundos próprios, não existem situações de falta de liquidez.

25.5 Risco de taxa de câmbio

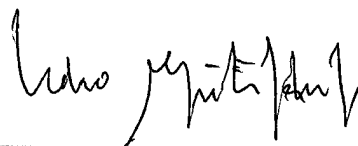
O risco de taxa de câmbio é relativamente reduzido. Existem contas de disponibilidades expressas em várias moedas para cobrança de comissões nos mercados desses países, as quais são devidamente reconciliadas. Os seus montantes são convertidos com regularidade para euros para evitar o risco de taxa de câmbio. Os pagamentos de taxas de bolsa nos mercados referidos são também efectuados através das mesmas contas. Os montantes expressos nessas moedas são por isso sempre reduzidos, para mitigar o risco taxa de câmbio.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



Gonçalo França de Castro Pereira Coutinho
Presidente



Pedro Mesquita Gabriel
TOC



João Pedro Barbosa Campos Machado Espregueira
Vogal



Pedro Manuel França de Castro Pereira Coutinho
Vogal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Fincor – Sociedade Corretora, S.A. (“Sociedade”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 que evidencia um total de 15.383 mEuros e capitais próprios de 909 mEuros, incluindo um resultado líquido de 300 mEuros, as Demonstrações dos resultados e do rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios, e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 4 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

4. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Outros activos” inclui 1.107 mEuros e 221 mEuros, respectivamente, relativos a valores a receber do Grupo Banco Português de Negócios, S.A. (“BPN”) no âmbito da cedência de colaboradores em regime de exclusividade a esta instituição bancária, no período compreendido entre Dezembro de 2005 a Novembro de 2009. Os valores a receber foram reconhecidos em 2010 e 2009 por contrapartida da rubrica “Outros rendimentos de exploração”. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Credores diversos” inclui 373 mEuros e 342 mEuros, respectivamente, referentes aos valores a liquidar pela Sociedade relativamente aos serviços prestados por uma entidade do Grupo BPN, BPN Serviços – Serviços Administrativos, Operacionais e Informáticos, A.C.E. (BPN ACE”). Atendendo a que:
- i) se encontram em curso negociações com o Grupo BPN com vista à saída da Sociedade do BPN ACE, incluindo negociações relativas às cedências de pessoal realizadas em 2009 e em anos anteriores
 - ii) as respostas aos nossos pedidos de confirmação de saldos e transacções do BPN e do BPN ACE são discordantes face aos registos contabilísticos da Sociedade, não tendo sido preparada as respectivas reconciliações

não nos foi possível concluir quanto ao potencial impacto destas matérias nas demonstrações financeiras anexas.

Opinião

5. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Fincor – Sociedade Corretora, S.A.. em 31 de Dezembro de 2010, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 2).

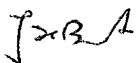
Ênfase

6. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 foram por nós examinadas e a Certificação Legal das Contas, emitida com data de 15 de Abril de 2010, continha uma reserva similar à descrita no parágrafo 5 acima e duas ênfases que não são aplicáveis às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010, as quais são relativas a: i) aplicação das disposições do nº1 do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais; ii) as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2008 não foram por nós examinadas.

Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação financeira constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações do exercício.

Lisboa, 16 de Maio de 2011



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por José António Mendes Garcia Barata

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Accionista Único da Fincor – Sociedade Corretora, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Fincor – Sociedade Corretora, S.A. (Sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

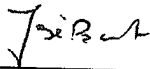
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2010, as demonstrações dos resultados e do rendimento integral, das alterações nos capitais próprios, dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2010 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que inclui no seu parágrafo 4 uma reserva e no parágrafo 6 uma ênfase.

Face ao exposto, somos de opinião que, excepto quanto ao efeito dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 e após considerado o descrito no parágrafo 6 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele incluída, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 16 de Maio de 2011



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por José António Mendes Garcia Barata